

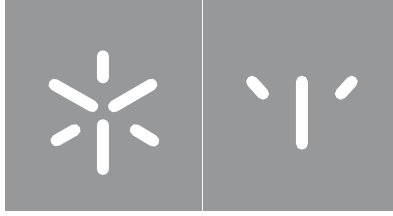


Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Nuno Afonso Pires Borges Pereira

**Desafios, dilemas e impacto nos profissionais em casos de
elevado conflito interparental: Uma *scoping review***



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Nuno Afonso Pires Borges Pereira

**Desafios, dilemas e impacto nos
profissionais em casos de elevado conflito
interparental: Uma *scoping review***

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Marlene Matos

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Universidade do Minho, 16 de outubro de 2023,


(Nuno Afonso Pires Borges Pereira)

Agradecimentos

À minha orientadora Professora Doutora Marlene Matos agradeço todo o conhecimento, disponibilidade, paciência, sugestões de melhoria e confiança na minha competência. Ao Dr. João Pedro Gomes toda a partilha de conhecimento, disponibilidade, apoio, motivação e dedicação. A ambos agradeço por me acompanharem neste percurso tão desafiante e por sempre acreditarem no meu potencial.

Aos meus colegas do grupo de investigação agradeço todas as críticas construtivas e encorajamento.

À minha família agradeço todo o ânimo e apoio que sempre me deram. Em particular, à minha avó, Emília, e aos meus tios, Emília, Samuel e José, por me darem todas as condições para que pudesse fazer este percurso, por me terem ajudado nos piores momentos e por festejarem os melhores momentos comigo.

Aos meus amigos agradeço toda a presença, apoio incondicional, alento e genuína dedicação.

Ao Nuno agradeço toda a paciência, compreensão e força, e por me amar mesmo nos piores momentos.

À minha mãe, a pessoa que mais amo, agradeço a minha própria vida, todo o amor, força e coragem que me deu em vida e que continua a dar mesmo já não estando presente.

Agradeço a todos os que fizeram este percurso ser possível.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 16 de outubro de 2023,

Nuno Afonso Pires Borges Pereira
(Nuno Afonso Pires Borges Pereira)

Desafios, dilemas e impacto nos profissionais em casos de elevado conflito interparental:

Uma scoping review

Resumo

O divórcio apresenta-se como um fenómeno prevalente com potencial impacto negativo sobre as partes integrantes. A sua ocorrência pode trazer conflitos entre os ex-cônjuges, que podem escalar e requerer a agência de vários profissionais para os tentar resolver, principalmente quando os mesmos envolvem os filhos do ex-casal. Este estudo consiste numa *scoping review* da literatura com o objetivo exploratório de identificar literatura acerca das experiências dos profissionais que exercem a sua atividade profissional no âmbito do elevado conflito interparental, analisando o que se sabe neste domínio, bem como as lacunas existentes. Seguindo as diretrizes PRISMA, foram realizadas pesquisas em quatro bases de dados eletrónicas para a inclusão de estudos qualitativos, quantitativos ou mistos, publicados em português, inglês ou espanhol, sendo que 15 foram considerados elegíveis. A maioria dos estudos foi publicada muito recentemente, em 2021 e 2022, desenvolvidos sobretudo na América e Europa. Os estudos retratam os desafios gerais, os dilemas, o impacto e as estratégias de *coping* dos profissionais em casos de elevado conflito interparental, bem como os desafios específicos do contexto pandémico. Os resultados espelham uma realidade preocupante que necessita de um maior investimento científico para orientar a atividade profissional nestes casos. Implicações para futuras investigações são discutidas.

Palavras-chave: *Scoping review*, profissionais, elevado conflito interparental, experiências

Challenges, dilemmas, and impact on professionals in cases of high interparental conflict:

A scoping review

Abstract

Divorce is a prevalent phenomenon with a potential negative impact on the parties involved. Its occurrence can bring conflicts between ex-spouses, which can escalate and require the agency of several professionals to try to resolve them, especially when they involve the ex-couple's children. This study consists of a scoping review of the literature with the exploratory objective of identifying literature about the experiences of professionals who carry out their professional activity in the context of high interparental conflict, analyzing what is known in this field, as well as the existing gaps. Following PRISMA guidelines, searches were carried out in four electronic databases to include qualitative, quantitative, or mixed studies, published in Portuguese, English or Spanish, of which 15 were considered eligible. Most of the studies were published very recently, in 2021 and 2022, developed mainly in America and Europe. The studies portray the general challenges, dilemmas, impact, and coping strategies of professionals in cases of high interparental conflict, as well as the specific challenges of the pandemic context. The results reflect a worrying reality that requires greater scientific investment to guide professional activity in these cases. Implications for future investigations are discussed.

Keywords: Scoping review, professionals, high interparental conflict, experiences

Índice

Introdução.....	9
1. O divórcio e o conflito interparental.....	9
2. O impacto do divórcio e do elevado conflito interparental.....	10
Metodologia.....	11
1. Estratégia de pesquisa.....	12
2. Critérios de inclusão e exclusão.....	12
3. Procedimento de identificação, seleção e inclusão.....	12
4. Extração de dados.....	13
5. Avaliação da qualidade metodológica e risco de viés.....	13
Resultados.....	14
Principais resultados.....	21
Discussão.....	31
Conclusão.....	36
Referências bibliográficas.....	37

Índice de figuras

Figura 1 – Fluxograma do processo de <i>scoping review</i>	16
---	----

Índice de tabelas

Tabela 1 - Avaliação da qualidade metodológica dos artigos na <i>scoping review</i>	17
Tabela 2 - Caracterização dos estudos incluídos na <i>scoping review</i>	19
Tabela 3a - Resultados dos estudos: Desafios para os profissionais.....	25
Tabela 3b - Resultados dos estudos: Desafios para os profissionais em contexto pandémico.....	27
Tabela 4 - Resultados dos estudos: Dilemas enfrentados pelos profissionais.....	28
Tabela 5 - Resultados dos estudos: Impacto nos profissionais.....	29
Tabela 6 - Resultados dos estudos: Estratégias de <i>coping</i> dos profissionais.....	30

Desafios, dilemas e impacto nos profissionais em casos de elevado conflito interparental:

Uma scoping review

Introdução

1. O divórcio e o conflito interparental

A família tem sido considerada como um espaço relacional essencial ao desenvolvimento humano (Alarcão & Gaspar, 2007; Edwards & Graham, 2009). Assumindo, de igual modo, um papel crucial na proteção, autonomia e boa integração social e cultural dos seus membros (Alarcão & Gaspar, 2007). Contudo, esta pode configurar-se como um meio imprevisível e de risco com potenciais impactos negativos ao desenvolvimento (Alarcão & Gaspar, 2007).

O divórcio é considerado como uma das experiências mais stressantes e exigentes na vida adulta uma vez que ocorrem mudanças simultâneas em várias áreas de vida, num curto espaço de tempo (Lamela, 2009). Este é, também, considerado uma experiência infantil adversa para os filhos que vivenciam o processo de divórcio dos seus pais (Anda et al., 2007), podendo impactar negativamente o desenvolvimento das crianças que o experienciam (Anda et al., 2007; Monnat & Chandler, 2015; Norman et al., 2012).

O processo de divórcio tem-se mostrado como um espaço em que podem ocorrer conflitos, nomeadamente, entre os membros do casal em separação (Johnston, 1994). Decorrente deste processo, os conflitos podem ser compreendidos em três dimensões: (a) dimensão das posses, onde se compreendem desacordos referentes a apoios financeiros (e.g., pensão de alimentos), divisão de bens e custódia dos filhos; (b) dimensão tática, que se refere à forma informal como os pais resolvem os seus desentendimentos ou, também, acerca da forma formal como resolvem os seus conflitos; (c) dimensão atitudinal, referente ao grau de afeto negativo ou hostilidade entre os membros do ex-casal (Johnston, 1994).

Considerando as dimensões em que o conflito interparental se pode manifestar, este apresenta-se como um construto multidimensional que compreende variáveis como a frequência, o modo de expressão, a intensidade, a cronicidade ou duração, o grau de resolução do conflito e o modo como estas variáveis impactam a parentalidade (Davies & Cummings, 1994; Krishnakumar & Buhler, 2000). Assim sendo, podemos constatar que o conflito interparental pode ser visto com base nas interações entre os membros do casal e no ambiente emocional subjacente a tais interações (Anderson et al., 2011).

Tendo por base as interações e ambiente emocional aquando destas interações surge o conceito de elevado conflito. Apesar do desacordo na sua definição por parte da comunidade científica, este pode ser compreendido com base em dois grandes grupos: (1) trocas negativas dominantes e persistentes e

(2) ambiente emocional inseguro e hostil. As interações negativas dominantes e persistentes são caracterizadas por uma comunicação destrutiva recorrente, postura defensiva e contra-ataque, agressividade, rápida escalada de conflito, sucessivas tentativas de mudança infrutíferas seguidas de rejeição das mesmas, atribuições negativas e pensamento dualista. O ambiente emocional inseguro e hostil compreende um forte afeto negativo, reatividade emocional, falta de segurança, desconfiança mútua, triangulação e emaranhamento (Anderson et al., 2011).

Em Portugal, bem como a nível europeu, o divórcio é um fenómeno bastante prevalente. Por exemplo, no ano de 2021 registaram-se 59.5 divórcios por cada 100 casamentos, em contexto nacional (FFMS, 2023). Sabendo que o conflito interparental associado ao processo de divórcio pode afetar o desenvolvimento das crianças e o ajustamento dos pais (Peixoto et al., 2022), configura-se a necessidade de compreender o impacto que os conflitos decorrentes deste processo podem ter sobre todas as partes intervenientes.

2. O impacto do divórcio e do elevado conflito interparental

O processo de divórcio tem-se apresentado como uma experiência altamente stressante para as partes envolvidas. Como tal, existe um potencial impacto negativo subjacente a esta vivência.

No caso dos adultos, a literatura tem comparado adultos casados com adultos divorciados e tem verificado que os últimos tendem a reportar, por exemplo, um menor nível de bem-estar, maior risco de desenvolver sintomatologia depressiva e mais dificuldades económicas (Bierman et al., 2006; Mastekaasa, 1994; Shapiro, 1996). Também é possível observar uma tendência para problemas de saúde física e maior taxa de mortalidade (Hemström, 1996; Lillard & Waite, 1995; Murphy et al., 1997). Este impacto negativo pode ser explicado pelo modelo proposto por Amato (2000), o qual considera o divórcio como um processo composto por uma sucessão de eventos stressantes durante um período considerável (meses ou até anos) que os divorciados devem enfrentar. Destes eventos podemos destacar o declínio económico, a responsabilidade da parentalidade única ou a perda da custódia sobre o(s) filho(s), a perda de suporte emocional, o conflito constante com o ex-cônjuge, entre outros eventos stressantes.

A literatura tem comparado, também, filhos de pais casados e filhos de pais divorciados. Os filhos de pais divorciados tendem a apresentar mais problemas relacionais, emocionais e de conduta, menor rendimento escolar, bem como laços emocionais mais fracos com os seus pais (Amato, 2012). Estas problemáticas também podem ser transpostas para a vida adulta destas crianças na medida em que os adultos, cujos pais se divorciaram, aparentam ter, tendencialmente, menos escolaridade, menos

rendimentos, saúde física mais débil, maior risco de depressão, bem como reportam mais problemas maritais e maior probabilidade de verem os seus casamentos acabar em rutura (Amato, 2012).

A relação entre pais e filhos pode sofrer impacto advindo deste processo. Por meio deste conflito entre os pais, a convivência dos filhos com os progenitores pode ser perturbada (Polak & Saini, 2015) e, em alguns casos, a própria criança pode rejeitar estar na presença de um dos seus progenitores (Saini et al., 2016). Deste modo, é importante reiterar que, mesmo com os seus conflitos, os pais devem cooperar para oferecer estabilidade e cuidado aos seus filhos uma vez que tal está associado a um melhor ajustamento da criança (Amato, 2012).

Dado que o processo de divórcio compreende uma dimensão de posses e dado o risco de o fenómeno impactar negativamente as partes envolvidas nele, é necessária a participação de vários profissionais, como juízes, advogados, profissionais de saúde mental e serviço social e até professores, para auxiliar neste processo. Existe pouca investigação desenvolvida sobre casos de elevado conflito interparental, bem como acerca dos profissionais envolvidos nestes casos (Houston et al., 2017).

Neste sentido, apresenta-se a presente *scoping review* que visa explorar as diversas experiências dos profissionais, nomeadamente, os desafios, os dilemas, o impacto e as estratégias de *coping* no trabalho com casos de elevado conflito interparental.

Metodologia

A presente *scoping review* seguiu as diretrizes apresentadas pelo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR), que permite sistematizar a identificação e reporte das evidências científicas, com o menor viés possível (Tricco et al., 2018).

1. Estratégia de pesquisa

A identificação de estudos acerca dos desafios, dilemas e impacto nos profissionais em casos de elevado conflito interparental foi feita com recurso a uma equação de pesquisa com termos descritivos diretamente relacionados ao tema em estudo na presente *scoping review*. (*Experienc** OR *Challeng** OR *Dilemmas* OR *Coping* OR *Impact* OR *Distress*) AND (“*Social Workers*” OR “*Justice Professional*” OR “*Health Professional*” OR “*Protection Professional*” OR *Professional*”) AND (“*High Conflict*” OR “*High Conflict Famil*” OR “*Marital Conflict*” OR “*High Conflict Divorce*” OR “*Child Disput*” OR “*Custody Disput*” OR “*Child Custody Disput*”). As bases de dados *PubMed*, *Web of Science*, *Scopus* e *APA PsycArticles* foram consultadas. A pesquisa foi concluída no dia 7 de março de 2023, abrangendo todos os estudos até à mesma data, inclusive.

2. Critérios de inclusão e exclusão

Os estudos eram passíveis de serem incluídos se correspondessem aos seguintes critérios: a) serem publicados em jornais científicos; b) serem estudos empíricos com metodologia quantitativa, qualitativa ou mista; c) abordarem as experiências, os desafios, dilemas, *coping* e/ou impacto numa amostra de profissionais (sociais, justiça, saúde e de proteção) em situações de elevado conflito interpamiliar; d) estarem escritos em português, inglês ou espanhol. Os artigos eram excluídos se: a) correspondessem a literatura cinzenta, livros ou capítulos de livros, notícias ou conferências; b) correspondessem a revisões ou a artigos teóricos; c) estivessem escritos num idioma diferente de português, inglês ou espanhol.

3. Processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos

Como se observa na Figura 1, foram identificados 360 artigos provenientes das bases de dados eletrónicas: *PubMed* (n = 121); *Web of Science* (n = 109); *Scopus* (n = 108); *APA PsycArticles* (n = 22). Estes artigos foram, então, importados para o *software* Rayyan (Ouzzani et al., 2016). Após removidos os duplicados (n = 87), 273 artigos foram analisados com base na leitura do seu título e *abstract* por dois investigadores independentes. Após este processo, 227 artigos foram excluídos por não cumprirem todos os critérios de inclusão. Os restantes (n = 46) foram selecionados para leitura de texto integral para determinar a sua elegibilidade. Aquando da aquisição dos documentos de texto integral dos artigos, um destes revelou-se impossível de obter. Deste modo, foi excluído, totalizando 45 artigos analisados com base no seu texto integral pelos mesmos dois investigadores independentes. Durante ambos os processos supramencionados, incerteza ou desacordo entre os dois investigadores, foi resolvida por consenso. Contudo, caso tal não fosse possível, seria possível solicitar a participação de um terceiro investigador, mais experiente, para determinar a inclusão ou exclusão do(s) artigo(s) em incerteza ou desacordo. Após a leitura integral, 30 artigos foram excluídos. Dos 30 artigos excluídos, 22 foram excluídos por serem artigos teóricos e 8 foram excluídos por não abordarem o tema de interesse ou não contemplarem a população-alvo de interesse da presente *scoping review*. Os restantes artigos (n = 15) foram incluídos na *scoping review*.

4. Extração de dados

Considerando os 15 artigos incluídos na presente *scoping review*, foram extraídos os seguintes dados: a) identificação do estudo (autor(es), ano de publicação, localização geográfica, revista/jornal onde foi publicado); b) características da amostra (número de participantes, género, profissão e anos de experiência profissional); c) *design* do estudo (metodologia utilizada); d) objetivos, resultados de interesse e principais conclusões do estudo. A caracterização pormenorizada dos estudos pode ser observada na

Tabela 2.

5. Avaliação da qualidade metodológica e risco de viés

Para aferir acerca da qualidade metodológica e risco de viés dos artigos incluídos na presente *scoping review*, recorreu-se ao *Mixed Methods Appraisal Tool* (MMAT; Hong et al., 2018). O MMAT é uma *checklist* que permite avaliar a qualidade metodológica de estudos com diferentes *designs*, nomeadamente, qualitativos, quantitativos (descritivos, não-aleatórios e com ensaios controlados aleatoriamente) e métodos mistos. Este instrumento contempla duas questões de triagem e cinco critérios metodológicos distintos para cada tipo de *design*. Cada critério pode ser classificado como “Sim”, “Não” ou “Não sei dizer”. É possível reportar um índice de qualidade global, variando entre 20% ou (*) e 100% ou (*****) de critérios de qualidade cumpridos. Através desta classificação, estudos com elevada qualidade metodológica compreendem um baixo risco de viés. Em contraste, estudos com reduzida qualidade metodológica traduzem um elevado risco de viés. Adicionalmente, o grau de acordo entre os avaliadores foi calculado através do coeficiente kappa de Cohen (k). Este coeficiente pode variar entre -1 e 1, refletindo o grau de concordância, qualitativamente, através da compreensão do seu valor dentro de um determinado intervalo. Neste sentido, se $k \leq 0$, indica ausência de concordância; 0.01-0.20, indica concordância nula ou ligeira; 0.21-0.40, indica concordância justa; 0.41-0.60, indica concordância moderada; 0.61-0.80, indica concordância substancial; 0.81-0.99, indica concordância quase perfeita; $k = 1$ indica concordância perfeita (McHugh, 2012). O processo de avaliação de qualidade foi realizado por dois avaliadores independentes. Incerteza ou desacordo foi preferencialmente resolvido por consenso, mas caso tal não fosse possível, poderia ser solicitada a participação de um terceiro avaliador independente.

Resultados

Avaliação da qualidade metodológica e risco de viés

Na sua maioria, os estudos apresentam uma metodologia qualitativa ($n = 12$) (e.g., Godbout et al., 2015; Sudland, 2020) e três estudos apresentaram uma metodologia mista (Houston et al., 2022; Saini et al., 2017; Saini et al., 2019). A avaliação da qualidade metodológica e risco de viés revelou que doze estudos atenderam a 100% dos critérios de qualidade (e.g., Godbout et al., 2015), um estudo cumpriu 80% dos critérios de qualidade (Houston et al., 2022), outro estudo atendeu a 60% dos critérios de qualidade (Saini et al., 2019) e, finalmente, um estudo cumpriu apenas 40% dos critérios de qualidade (Houston et al., 2017). A nível dos estudos com metodologia qualitativa, os critérios que resultaram num indicador de qualidade global mais baixo incluíram a impossibilidade de saber se os resultados derivaram adequadamente dos dados, se a interpretação dos resultados é suficientemente fundamentada pelos

dados e se existe coerência entre a fonte dos dados qualitativos, recolha, análise e interpretação. Considerando os estudos com metodologia mista, os critérios que resultaram em indicadores de qualidade global mais baixos foram a falta de representatividade da amostra e a impossibilidade de saber se o risco de viés de “não resposta” foi baixo. O índice de acordo revelou uma concordância substancial entre os revisores de 0.716. A avaliação detalhada de qualidade de cada critério e o respetivo índice de qualidade global de cada estudo incluído são apresentados na Tabela 1.

Ano, revista/jornal e localização de publicação

Os estudos foram publicados entre os anos 2010 e 2022. Os anos em que mais estudos foram publicados foram 2022 (n = 4) (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Heggdalsvik et al., 2022; Houston et al., 2022; Stolnicu et al., 2022) e 2021 (n = 4) (Katz et al., 2021; Laletas & Khasin, 2021; Noa et al., 2021; Sudland & Neumann, 2021), seguindo-se o ano 2019 (n = 2) (Katz et al., 2019; Saini et al., 2019) e o ano 2017 (n = 2) (Houston et al., 2017; Saini et al., 2017). Seguidamente, os anos 2020 (n = 1) (Sudland, 2020), 2015 (n = 1) (Godbout et al., 2015) e 2010 (n = 1) (Hayes, 2010). A maioria dos estudos foi realizada na América (n = 6), nomeadamente, Canadá (n = 5) (Godbout et al., 2015; Houston et al., 2017; Houston et al., 2022; Saini et al., 2017; Saini et al., 2019) e Estados Unidos da América (n = 1) (Hayes, 2010), seguindo-se a Europa (n = 5), particularmente, Noruega (n = 4) (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Heggdalsvik et al., 2022; Sudland, 2020; Sudland & Neumann, 2021) e Bélgica (n = 1) (Stolnicu et al., 2022). Seguidamente, a Ásia (n = 3) onde todos os estudos foram realizados em Israel (n = 3) (Katz et al., 2019; Katz et al., 2021; Noa et al., 2021), seguindo-se a Oceânia (n = 1), com um estudo da Austrália (n = 1) (Laletas & Khasin, 2021). Maioritariamente, os estudos foram publicados em revistas e jornais que versam sobre leis e políticas familiares (e.g., Houston et al., 2022), crianças e a sua saúde mental (e.g., Katz et al., 2019), serviço social (e.g., Sudland, 2020) e diversos temas da Psicologia (e.g., Stolnicu et al., 2022).

Características da amostra

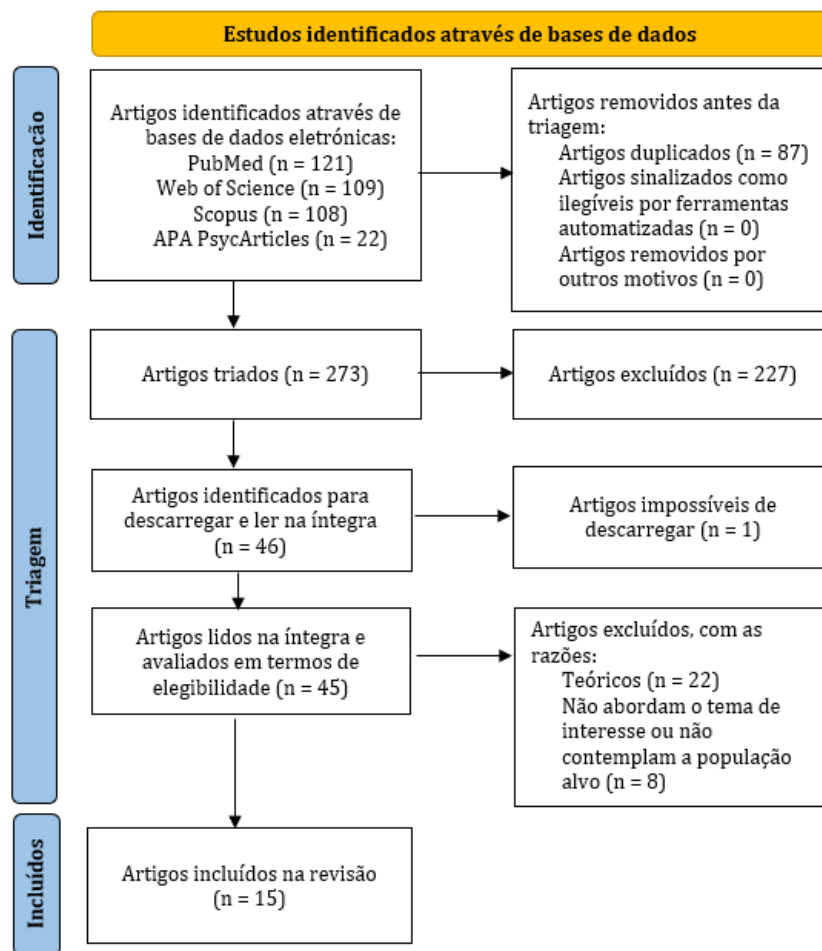
De um total de 16 amostras, os estudos abrangeram 14 amostras independentes. A mesma amostra foi utilizada em Houston et al. (2017) e Saini et al. (2019). Igualmente, Sudland (2020) e Sudland & Neumann (2021) recorreram à mesma amostra. O tamanho das amostras variou entre 5 (Laletas & Khasin, 2021) e 208 participantes (Houston et al., 2017). A maioria das amostras era mista, considerando o género, incluindo tanto participantes que se identificavam com o género feminino como com o masculino. Algumas amostras (n = 2) eram, exclusivamente, compostas por participantes do género feminino (Katz et al., 2021; Laletas & Khasin, 2021). Porém, três estudos não mencionaram o género dos participantes (Houston et al., 2017; Saini et al., 2017; Stolnicu et al., 2022). Adicionalmente,

foram incluídos dois estudos que analisaram casos e relatórios na totalidade da amostra (Katz et al., 2019) ou então parcialmente (Katz et al., 2021).

A grande maioria das amostras de profissionais era composta totalmente ou envolvia assistentes sociais ($n = 6$) (e.g., Sudland, 2020). Seguidamente, as amostras envolviam psicólogos ($n = 3$) (e.g., Stolnicu et al., 2022) e técnicos de promoção e proteção ($N = 3$) (e.g., Saini et al., 2019), seguindo-se juizes ($n = 2$) (Godbout et al., 2015; Houston et al., 2022), conselheiros familiares ($n = 2$) (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Heggdalsvik et al., 2022) e advogados ($n = 2$) (Houston et al., 2022; Stolnicu et al., 2022). Finalmente, apenas um estudo envolveu coordenadores parentais (Hayes, 2010), outro coordenadores de acesso supervisionado (Saini et al., 2017), outro psiquiatras (Stolnicu et al., 2022) e outro envolveu professores (Laletas & Khasin, 2021). A experiência profissional, em média, variava entre 3.5 anos (Hayes, 2010) e 20 anos (Stolnicu et al., 2022).

Figura 1

Fluxograma do processo de scoping review.



Nota: Adaptado de Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *Journal of Clinical Epidemiology*, 134, 178–189. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.03.001>

Tabela 2*Avaliação da qualidade metodológica dos artigos na scoping review.*

Referência (Autor, Ano)	Triagem ¹		Qualitativo ²					Quantitativo Descritivo ³					Métodos Mistos ⁴					Índice de qualidade ⁵
	Q1	Q2	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	
Godbout et al. (2015)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Hayes (2010)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Heggdalsvik & Samsonsen (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Heggdalsvik et al. (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Houston et al. (2017)	Sim	Sim	Sim	Sim	Não sei dizer	Não sei dizer	Não sei dizer											**
Houston et al. (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	****
Katz et al. (2019)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Katz et al. (2021)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Laletas & Khasin (2021)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Noa et al. (2021)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Saini et al. (2019)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não sei dizer	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	*****
Saini et al. (2017)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	***
Stolnicu et al. (2022)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Sudland (2020)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****
Sudland & Neumann (2021)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim											*****

Nota.

1Questões de triagem. Q1 =As questões de investigação são claras?; Q2 =Os dados recolhidos permitem abordar a questão de investigação?.

2Qualitativo. Q1 =A abordagem qualitativa é adequada para responder à questão de investigação?; Q2 =O método de recolha de dados qualitativos é adequado para abordar a questão de investigação?; Q3 =Os resultados derivam adequadamente dos dados?; Q4 = A interpretação dos resultados é suficientemente fundamentada pelos dados?;Q5 = Existe coerência entre a fonte dos dados qualitativos, recolha, análise e interpretação?.

3Quantitativo descritivo. Q1 = A estratégia de amostragem é relevante para abordar a questão de investigação?; Q2 = A amostra é representativa da população alvo?; Q3 = As medidas são apropriadas?; Q4 = O risco de viés de “não resposta” é baixo?; Q5 = A análise estatística é apropriada para responder à questão de investigação?.

4Métodos Mistos. Q1 = Existe uma justificação adequada para usar um design de métodos mistos para abordar a questão de investigação?; Q2 = As duas componentes do estudo estão efetivamente integradas para responder à questão de investigação?; Q3 = Os resultados da integração das componentes qualitativa e quantitativa são interpretados adequadamente?; Q4 = As divergências e inconsistências entre resultados quantitativos e qualitativos são adequadamente tratadas?; As diferentes componentes do estudo seguem os critérios de qualidade de cada tradição dos métodos envolvidos?.

5Índice de qualidade. 1* = 20% dos critérios de qualidade cumpridos; 2* ou 40% dos critérios de qualidade cumpridos; 3*** ou 60% dos critérios de qualidade cumpridos; 4**** ou 80% dos critérios de qualidade cumpridos; 5***** ou 100% dos critérios de qualidade cumpridos.

Tabela 2

Caracterização dos estudos incluídos na scoping review (n = 15).

Autor(es), ano de publicação e jornal/revista	País de publicação	Design do estudo	Características da amostra [profissão; N; género dos participantes (Feminino = F, Masculino = M); experiência profissional, em média (EP)]	Objetivos do estudo
Godbout et al. (2015) – <i>International Journal of Law, Policy and The Family</i>	Canadá	Qualitativo (entrevistas semiestruturadas)	Juizes (N = 11; género F = 6, M = 5; EP = 7.6 anos) Psicólogos e assistentes sociais (N = 16; género F = 11, M = 5; EP = 14.9 anos)	Examinar os pontos de vista e posições tomadas pelos profissionais em casos controversos de custódia, considerando o seu género, profissão e experiência profissional
Hayes (2010) – <i>Family Court Review</i>	Estados Unidos da América	Qualitativo (entrevistas semiestruturadas)	Coordenadores parentais (N = 14: género F = 7, M = 7; EP = 3.5 anos)	Examinar os papéis e funções dos profissionais
Heggdalsvik & Samsonsen (2022) – <i>Journal of Family Trauma, Child Custody and Child Development</i>	Noruega	Qualitativo (<i>focus group</i> e questionário)	Conselheiros familiares (N = 139; género F = 70%, M = 30%; EP = 11.5 anos)	Explorar as avaliações dos profissionais em casos de crianças em potencial risco devido a constantes disputas parentais
Heggdalsvik et al. (2022) – <i>Australian & New Zealand Journal of Family Therapy</i>	Noruega	Qualitativo (<i>focus group</i>)	Conselheiros familiares e técnicos de promoção e proteção (N = 24; género F = 22, M = 2; EP = variável)	Explorar o entendimento e experiência dos profissionais acerca do elevado conflito parental
Houston et al. (2017) - <i>Family Court Review</i>	Canadá	Qualitativo (compilação de resultados de outros estudos empíricos)	Técnicos de promoção e proteção (N = 208; género F = 84%, M = 16%; EP = 0-16+ anos)	Reportar e compilar os resultados de vários estudos realizados em Ontário visando as experiências dos profissionais do sistema de justiça familiar da região
Houston et al. (2022) - <i>Family Court Review</i>	Canadá	Métodos mistos	Profissionais (N = 93) - advogados (53%), profissionais de saúde mental (23%), assistentes sociais (20%), juizes (4%); género F = 80%, M = 20%; EP = 16+ anos	Avaliar o impacto inicial da pandemia COVID-19 no sistema de justiça familiar de Ontário e nas famílias abrangidas pelo mesmo
Katz et al. (2019) – <i>Children and Youth Services Review</i>	Israel	Qualitativo (estudo de caso/análise temática)	95 casos de alegados maus-tratos infantis em contexto de disputas parentais de elevada intensidade	Explorar as perspetivas, experiências e perceções dos profissionais que intervêm em casos de alegação de maus-tratos infantis
Katz et al. (2021) – <i>Child Indicators Research</i>	Israel	Qualitativo (entrevistas semiestruturadas e relatórios escritos)	Assistentes sociais (N = 9; género F = 9; EP = 13 anos) 25 relatórios na intervenção com as famílias <i>Haredi</i>	Explorar as perspetivas dos profissionais na sua intervenção com crianças expostas a disputas parentais de elevada intensidade, na comunidade <i>Haredi</i>

Autor(es), ano de publicação e jornal/revista	País de publicação	Design do estudo	Características da amostra [profissão; N; género dos participantes (Feminino = F, Masculino = M); experiência profissional, em média (EP)]	Objetivos do estudo
Laletas & Khasin (2021) - <i>Children and Youth Services Review</i>	Austrália	Qualitativo (entrevistas semiestruturadas)	Professores (N = 5; género F = 5; EP = 13.6 anos)	Explorar as experiências dos professores que trabalham com crianças que foram expostas a elevado conflito parental
Noa et al. (2021) – <i>International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice</i>	Israel	Qualitativo (entrevistas e <i>focus group</i>)	Assistentes sociais (N = 94; género F = 92, M = 2; EP = 17 anos)	Examinar como os profissionais entendem e veem as condições das crianças no contexto de disputas parentais de elevada intensidade
Saini et al. (2019) - <i>Children and Youth Services Review</i>	Canadá	Métodos Mistos	Técnicos de promoção e proteção (N = 208; género F = 84%, M = 16%; EP = 0-16+ anos)	Explorar os desafios experienciados pelos técnicos ao intervir em casos de custódia entre pais em elevado conflito pós-separação e divórcio
Saini et al. (2017) - <i>Family Court Review</i>	Canadá	Métodos Mistos	Coordenadores de acesso supervisionado (N = 45)	Explorar as experiências dos profissionais no seu trabalho com clientes em uso prolongado dos serviços de visitas e trocas supervisionadas
Stolnicu et al. (2022) – <i>Frontiers in Psychology</i>	Bélgica	Qualitativo (entrevistas semiestruturadas)	Psicólogos (N = 2); Assistentes sociais (N = 2); Advogados (N = 1); Psiquiatras (N = 3); EP = 4-20 anos	Estudar a coparentalidade em casos de elevado conflito pós-divórcio cruzando o conhecimento prévio com as experiências dos profissionais na intervenção com estes casos
Sudland (2020) – <i>Child & Family Social Work</i>	Noruega	Qualitativo (entrevistas e <i>focus group</i>)	Assistentes sociais (N = 31; género F = 28, M = 3; EP = 10+ anos)	Explorar os desafios e dilemas dos profissionais no trabalho com famílias em elevado conflito
Sudland & Neumann (2021) – <i>European Journal of Social Work</i>	Noruega	Qualitativo (entrevistas e <i>focus group</i>)	Assistentes sociais (N = 31; género F = 28, M = 3)	Explorar os fatores que influenciam o julgamento dos profissionais e a forma como estes tomam decisões em casos de elevado conflito, com suspeita de negligência

Principais Resultados

A partir dos estudos incluídos na *scoping review*, foi possível obter resultados relativamente aos desafios gerais para os profissionais (Tabela 3a), aos desafios específicos para os profissionais em contexto pandémico (Tabela 3b), aos dilemas enfrentados pelos profissionais (Tabela 4), ao impacto nos profissionais (Tabela 5) e às estratégias de *coping* dos profissionais (Tabela 6).

Desafios para os profissionais

Considerando os estudos que abordavam os desafios para os profissionais (n = 13), os mesmos foram compreendidos em três grandes dimensões: desafios pessoais, desafios profissionais (ao nível da avaliação e ao nível da intervenção) e, ainda, desafios institucionais. No âmbito dos desafios pessoais evidenciou-se que o desafio que os profissionais mais referem é o elevado tempo e energia despendidos nos casos de elevado conflito interparental (Heggdalsvik et al., 2022; Laletas & Khasin, 2021; Saini et al., 2019; Sudland, 2020). Seguidamente, observou-se o relato de sentir pressão para a tomada de decisão relativamente às responsabilidades parentais, mesmo tal não sendo da sua competência profissional (Houston et al., 2017; Saini et al., 2019). Outros desafios pessoais foram identificados, nomeadamente, assegurar a mesma informação a ambos os pais (Hayes, 2010), lidar com acusações por parte dos pais (Heggdalsvik et al., 2022), conflito entre os valores dos profissionais e os valores dos pais (Katz et al., 2021), manutenção da neutralidade técnica dado o longo período de intervenção com a mesma família (Saini et al., 2017) e acréscimo da carga de trabalho dada a natureza complexa e o elevado tempo necessário para abordar as famílias em elevado conflito interparental (Saini et al., 2019).

Relativamente aos desafios profissionais, nomeadamente ao nível da avaliação, observou-se que o desafio mais referido foram os fatores de risco específicos que devem ser considerados, quer sejam comunitários (Katz et al., 2021) quer sejam individuais e/ou familiares (Noa et al., 2021; Stolnicu et al., 2022; Sudland & Neumann, 2021). A análise e esclarecimento dos conflitos revelou-se também desafiante para os profissionais (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland & Neumann, 2021). São notados outros desafios nesta dimensão, tais como a recolha de informação junto de outros informantes dadas as questões de confidencialidade (Hayes, 2010) e a avaliação do impacto nas crianças bem como a origem deste mesmo impacto (Katz et al., 2019). Paralelamente, ao nível da intervenção constatou-se que os desafios com maior ênfase foram a sua constituição como intermediários no conflito interparental, sendo arrastados para o mesmo, temendo ser triangulados (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland, 2020), a incerteza sobre como proteger as crianças e de quem as proteger (Katz et al., 2019; Katz et al., 2021) e o desempenho de outras funções para além do seu cargo e/ou competência profissional (Laletas & Khasin, 2021; Saini et al., 2019). Ademais, foram referidas dificuldades na abordagem da rede parental

alargada (e.g., família alargada e/ou novos companheiros) (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022) e foi referido como o “rótulo” de elevado conflito tende a afastar os profissionais destes casos (Heggdalsvik et al., 2022).

Os desafios institucionais mais apresentados pelos profissionais foram a parca formação e treino no âmbito do elevado conflito (Heggdalsvik et al., 2022; Houston et al., 2017; Laletas & Khasin, 2021; Noa et al., 2021; Saini et al., 2019; Sudland & Neumann, 2021) e falta de políticas e procedimentos padronizados para os casos de elevado conflito interparental (Houston et al., 2017; Noa et al., 2021; Saini et al., 2017; Saini et al., 2019; Sudland, 2020; Sudland & Neumann, 2021). Seguidamente, apresentou-se a reduzida articulação sectorial e cooperação interdisciplinar, na medida em que não possuem conhecimento adequado acerca das jurisdições, autoridades e funções dos demais serviços (Heggdalsvik et al., 2022; Houston et al., 2017; Saini et al., 2017; Saini et al., 2019). Adicionalmente, relevam o conceito de elevado conflito como sendo pouco claro ou ausente na sua instituição (Heggdalsvik et al., 2022; Noa et al., 2021; Saini et al., 2019). Observou-se ainda a falta de serviços adequados para prestar apoio a estas famílias (Heggdalsvik et al., 2022; Saini et al., 2019). Ademais, salientam serviços com poucos recursos e com diferentes jurisdições disponíveis para as famílias em elevado conflito (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022).

Desafios para os profissionais em contexto pandémico

Apenas um estudo abordou os desafios para os profissionais em contexto pandémico (Houston et al., 2022). Os resultados foram divididos em duas categorias: desafios profissionais e desafios institucionais. Nos desafios profissionais verificou-se um acréscimo do número de casos de elevado conflito durante a pandemia, bem como durante o período de reabertura dos serviços. Adicionalmente, verificaram-se novas fontes de conflito por parte dos pais (e.g., colocar obstáculos às visitas dizendo não terem a certeza se o outro pai seguia as diretrizes de saúde pública) e, também, se verificaram dificuldades com o uso de tecnologias (e.g., audiências virtuais muito curtas para ser possível explorar todas as dimensões dos conflitos e visitas virtuais que podiam ser interrompidas ou perturbadas). A nível institucional, observou-se uma redução dos serviços que apoiam estas famílias devido ao confinamento, bem como acesso limitado aos juizes por parte dos profissionais.

Dilemas enfrentados pelos profissionais

Focando nos estudos que abordavam os dilemas enfrentados pelos profissionais (n = 6), os mesmos foram considerados em duas grandes dimensões: dilemas judiciais e dilemas profissionais, ao nível da avaliação e ao nível da intervenção. Dos dilemas judiciais salienta-se a institucionalização das crianças por ineficácia de medidas prévias e/ou alternativas (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland &

Neumann, 2021). Este dilema caracteriza-se pela incerteza sentida pelos profissionais acerca do quão benéfica será a institucionalização das crianças para a colaboração por parte dos pais na resolução dos conflitos. Concorrentemente, surge o dilema de decidir referenciar as famílias a serviços com mais autoridade formal, deste modo deixando a intervenção de primeira linha (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022). Ainda neste domínio surgem dilemas relativamente às responsabilidades parentais (Godbout et al., 2015). Ao nível da avaliação surgem dilemas como a quantidade, tipo e nível de informação que deve ser recolhida através de outros informantes e se esta informação irá beneficiar ou prejudicar a resolução dos conflitos (Hayes, 2010), bem como a incerteza acerca da avaliação do nível de risco e como a utilizar para planear as intervenções (Heggdalsvik et al., 2022). Ao nível da intervenção, o dilema mais relatado foi a frequência pelos pais em programas voluntários uma vez que, apesar das recomendações, os profissionais estão conscientes que os pais em elevado conflito dificilmente frequentam estes programas apesar do seu potencial benefício (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Heggdalsvik et al., 2022). Os profissionais referem não ter certeza acerca se será mais viável tomar decisões com os pais ou apenas seguir as ordens dos tribunais (Hayes, 2010). Ademais, verificou-se incerteza face ao tempo que dependem ao tentar apoiar os pais em elevado conflito e como essas tentativas são tempo perdido nas vidas das crianças (Heggdalsvik et al., 2022). Igualmente, questionam a utilização de diversos recursos para apoiar estas famílias sendo que nenhuma das intervenções parece resultar (Sudland, 2020).

Impacto nos profissionais

No que refere aos estudos que abordavam o impacto nos profissionais (n = 11), este foi categorizado em três dimensões: o impacto emocional (ao nível dos sentimentos relatados), o impacto profissional e o impacto institucional. Considerando o impacto emocional, verificou-se que os profissionais relatam sentimentos de impotência (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Heggdalsvik et al., 2022; Katz et al., 2021), exaustão (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland, 2020), stress (Saini et al., 2019; Sudland, 2020), desânimo (Heggdalsvik et al., 2022), preocupação (Katz et al., 2019), tristeza (Laletas & Khasin, 2021), frustração (Laletas & Khasin, 2021), culpa (Laletas & Khasin, 2021), desamparo (Noa et al., 2021), confusão (Noa et al., 2021), esgotamento (Saini et al., 2019), fadiga (Saini et al., 2019), raiva (Sudland, 2020) e desespero (Sudland, 2020). Ao nível profissional, constatou-se que os profissionais duvidam da eficácia das suas intervenções, bem como do possível sucesso dos casos de elevado conflito interparental (Heggdalsvik et al., 2022; Laletas & Khasin, 2021; Noa et al., 2021). De igual modo, constatou-se que se mostram relutantes ao intervir com estes casos (Saini et al., 2019), bem como referiram evitar intervir (Sudland, 2020). Admitiu-se o recurso a ameaças para controlar os pais (Sudland, 2020). Verificou-se que se sentem desconfortáveis quando devem tomar decisões

(Hayes, 2010), tal como, se sentem desconfortáveis na relação com profissionais da área jurídica (Saini et al., 2019). Adicionalmente, notaram-se dúvidas relativamente aos seus julgamentos e pareceres como profissionais (Sudland & Neumann, 2021) e desmotivação para o trabalho (Sudland, 2020). Considerando o impacto a nível institucional, existia um entorpecimento dos serviços devido ao rótulo de elevado conflito apresentado pelas famílias (Heggdalsvik et al., 2022), bem como se observou um aumento de custos financeiros, aumento dos tempos de espera e maior número de processos dada a elevada permanência destas famílias nos serviços (Saini et al., 2017).

Estratégias de *coping* dos profissionais

Apenas um estudo abordou as estratégias de *coping* utilizados pelos profissionais (Saini et al., 2019), identificando duas dimensões do *coping*: *coping* pessoal e *coping* profissional. A nível pessoal, verificaram-se estratégias de autocuidado (e.g., adoção de um estilo de vida saudável e despenda de mais tempo com familiares e amigos). A nível profissional, observou-se o recurso a supervisão e intervisão para debater os casos e chegar a decisões de grupo.

Tabela 3a*Resultados dos estudos: Desafios para os profissionais (n = 13).*

Autor(es) e ano de publicação	Principais resultados Desafios para os profissionais			
	Pessoais	Ao nível da avaliação	Ao nível da intervenção	Institucionais
Hayes (2010)	Assegurar a mesma informação a ambos os pais.	Recolha de informação junto de outros informantes.		
Heggdalsvik & Samsonsen (2022)			Rede parental alargada.	Serviços com poucos recursos e com jurisdições diferentes.
Heggdalsvik et al. (2022)	Elevado tempo e energia despendidos. Lidar com acusações (e.g., tomar partidos).	Análise e esclarecimento dos conflitos.	Intermediários no conflito. “Rótulo” de elevado conflito.	Definição de elevado-conflito. Falta de serviços adequados. Reduzida articulação sectorial e cooperação interdisciplinar. Parca formação e treino.
Houston et al. (2017)	Pressão para a tomada de decisão.			Reduzida articulação sectorial e cooperação interdisciplinar. Falta de políticas e procedimentos padronizados. Parca formação e treino.
Katz et al. (2019)		Impacto nas crianças.	Proteção das crianças.	
Katz et al. (2021)	Conflito de valores.	Fatores de risco específicos.	Proteção das crianças.	
Laletas & Khasin (2021)	Elevado tempo e energia despendidos.		Desempenho de outras funções.	Parca formação e treino.

Autor(es) e ano de publicação	Principais resultados Desafios dos profissionais			
	Pessoais	Ao nível da avaliação	Ao nível da intervenção	Institucionais
Noa et al. (2021)		Fatores de risco específicos.		Definição de elevado-conflito. Falta de políticas e procedimentos padronizados. Parca formação e treino.
Saini et al. (2019)	Pressão para a tomada de decisão. Elevado tempo e energia despendidos. Acréscimo da carga de trabalho.		Desempenho de outras funções.	Definição de elevado-conflito. Falta de serviços adequados. Reduzida articulação sectorial e cooperação interdisciplinar. Falta de políticas e procedimentos padronizados. Parca formação e treino.
Saini et al. (2017)	Manutenção da neutralidade técnica.			Reduzida articulação sectorial e cooperação interdisciplinar. Falta de políticas e procedimentos padronizados.
Stolnicu et al. (2022)		Fatores de risco específicos.		
Sudland (2020)	Elevado tempo e energia despendidos.		Intermediários no conflito.	Falta de políticas e procedimentos padronizados.
Sudland & Neumann (2021)		Análise e esclarecimento dos conflitos. Fatores de risco específicos.		Falta de políticas e procedimentos padronizados. Parca formação e treino.

Tabela 3b

Resultados dos estudos: Desafios para os profissionais em contexto pandémico (n = 1).

Autor(es) e ano de publicação	Principais resultados	
	Desafios para os profissionais, em contexto pandémico	
	Profissionais	Institucionais
Houston et al. (2022)	Acréscimo do número de casos. Novas fontes de conflito. Recurso acrescido às tecnologias.	Redução de serviços. Acesso limitado a juízes.

Tabela 4

Resultados dos estudos: Dilemas enfrentados pelos profissionais (n = 6).

Autor(es) e ano de publicação	Principais resultados Dilemas enfrentados pelos profissionais		
	Judiciais	Ao nível da avaliação	Ao nível da intervenção
Godbout et al. (2015)	Posições relativamente às responsabilidades parentais.		
Hayes (2010)		Quantidade, tipo, nível e benefício da recolha de informação.	Decisões a favor dos pais ou apenas execução das ordens do tribunal.
Heggdalsvik & Samsonsen (2022)	Decisão de referênciação.		Frequência pelos pais em programas de intervenção voluntários.
Heggdalsvik et al. (2022)	Institucionalização das crianças por ineficácia de medidas prévias e/ou alternativas.	Nível de risco e planeamento das intervenções.	Tempo de intervenção técnica e tempo na vida das crianças. Frequência pelos pais em programas de intervenção voluntários.
Sudland (2020)			Utilização de recursos para intervenções pouco eficazes.
Sudland & Neumann (2021)	Institucionalização das crianças por ineficácia de medidas prévias e/ou alternativas.		

Tabela 5

Resultados dos estudos: Impacto nos profissionais (n = 11).

Autor(es) e ano de publicação	Principais Resultados Impacto nos profissionais		
	Emocional (sentimentos)	Profissional	Institucional
Hayes (2010)		Desconforto na tomada de decisão.	
Heggdalsvik & Samsonsen (2022)	Impotência.		
Heggdalsvik et al. (2022)	Impotência, desânimo e exaustão.	Dúvidas acerca da eficácia da intervenção e sucesso dos casos.	Entorpecimento dos serviços.
Katz et al. (2019)	Preocupação.		
Katz et al. (2021)	Impotência.		
Laletas & Khasin (2021)	Tristeza, frustração e culpa.	Dúvidas acerca da eficácia da intervenção e sucesso dos casos.	
Noa et al. (2021)	Desamparo e confusão.	Dúvidas acerca da eficácia da intervenção e sucesso dos casos.	
Saini et al. (2019)	Esgotamento, stress e fadiga.	Relutância em intervir. Desconforto na relação com profissionais da área jurídica.	
Saini et al. (2017)			Aumento de custos financeiros. Aumento dos tempos de espera. Maior número de processos.
Sudland (2020)	Exaustão, stress, raiva e desespero.	Evitamento na intervenção com os pais. Ameaças como estratégia de controlo. Desmotivação perante o trabalho.	
Sudland & Neumann (2021)		Dúvidas em relação aos seus julgamentos.	

Tabela 6

Resultados dos estudos: Estratégias de coping dos profissionais (n = 1).

Autor(es) e ano de publicação	Principais resultados Estratégias de coping dos profissionais	
	Pessoal	Profissional
Saini et al. (2019)	Estratégias de autocuidado.	Supervisão e intervenção.

Discussão

A presente *scoping review* procurou analisar as experiências dos profissionais, em casos de elevado conflito interparental, nomeadamente, os desafios e dilemas que enfrentam, o impacto do trabalho com estes casos e as estratégias de *coping* adotadas para minimizar esse impacto. Os resultados obtidos mostram uma realidade deveras preocupante para estes profissionais.

Uma das principais conclusões é a escassa investigação desenvolvida sobre este tema, uma vez que, a *scoping review* apenas contemplou 15 estudos. Neste sentido, salienta-se a necessidade de maior reconhecimento e investimento por parte da comunidade científica sobre este tema.

Para além de parco, o interesse da comunidade científica mostra-se, também, bastante recente, com a maioria dos estudos incluídos na presente *scoping review* a serem publicados nos anos de 2022 e 2021. Esta contemporaneidade do tema pode dever-se à elevada prevalência do fenómeno de divórcio registada nos últimos anos, a nível europeu (FFMS, 2023). Sendo o divórcio um espaço que pode gerar e/ou agravar conflitos interparentais (Johnston, 1994), concebe-se uma maior probabilidade de estes conflitos se configurarem como elevado conflito e, conseqüentemente, requer mais recursos profissionais para o adereçar.

Ademais verificou-se que, enquanto objeto de estudo, este tema apresentou maior visibilidade nos continentes americano e europeu. Tal pode ser explicado pela maior prevalência de divórcios nestes continentes (FFMS, 2023), bem como por uma possível maior consciencialização destas culturas para as problemáticas apresentadas. Salienta-se que o investimento científico, neste domínio, em Portugal, parece ser muito reduzido dada sua ausência, como país de publicação, no leque de estudos incluídos na *scoping review*. Contudo, Portugal possui a quarta maior taxa de divórcio por cada 100 casamentos, de toda a Europa (FFMS, 2023). Ressalva-se, assim, a necessidade de maior investimento científico neste domínio, a nível nacional.

As experiências dos profissionais podem ser compreendidas a partir de várias dimensões. Contudo, a maioria dos estudos privilegiou a apresentação dos desafios destes profissionais (e.g., Heggdalsvik et al., 2022; Saini et al., 2019) e a exposição do impacto nos profissionais (e.g., Noa et al., 2021; Sudland, 2020). Deste modo, salienta-se a necessidade de um maior reconhecimento dos dilemas enfrentados pelos profissionais e das estratégias de *coping* que os mesmos utilizam para lidar com o impacto de trabalhar com os casos de elevado conflito interparental. Adicionalmente, reforça-se a necessidade de desenvolver mais conhecimento acerca dos desafios que estes profissionais enfrentaram em contexto pandémico e pós-pandémico, dado que estes contextos podem ter aumentado o número de divórcios, bem como podem ter surgido novas nuances nos conflitos interparentais.

Considerando os resultados obtidos, é possível constatar que a maioria dos desafios para os profissionais se situa no domínio institucional. Neste domínio, os desafios mais referidos foram a parca formação e treino para casos de elevado conflito (e.g., Heggdalsvik et al., 2022; Sudland & Neumann, 2021) e a falta de políticas e procedimentos padronizadas para os mesmos (e.g., Houston et al., 2017; Noa et al., 2021). Neste sentido, salienta-se a urgência de as instituições providenciarem mais formação e treino aos profissionais, bem como estabelecerem políticas e procedimentos padronizados para estes casos (American Psychological Association, 2011). Esta necessidade pode impactar a sua atividade profissional manifestando-se na dúvida que os profissionais apresentam face à eficácia das intervenções que implementam e à incerteza da possibilidade de sucesso destes casos (e.g., Heggdalsvik et al., 2022; Laletas & Khasin, 2021; Noa et al., 2021). Este impacto também pode ser estendido à própria instituição uma vez que intervenções com reduzida eficácia e permanência e/ou retorno de casos de elevado conflito podem comportar um aumento de custos financeiros para a instituição, aumento dos tempos de espera para novos casos e aumento do número de processos abrangidos pela instituição (Saini et al., 2017). O recurso a outros serviços e a articulação sectorial e cooperação interdisciplinar parece ser uma solução para esta problemática. Contudo, os profissionais apresentam dificuldades em concretizar esta possível solução. Foram referidos serviços com poucos recursos (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022) e até carência de serviços adequados para os casos de elevado conflito (Saini et al., 2019). A articulação sectorial e cooperação entre profissionais, apesar de desejada e recomendada (American Psychological Association, 2011), revelou-se de difícil execução. Tal pode ser explicado pelo parco conhecimento acerca das jurisdições, autoridades, papéis e respetivas funções de cada serviço (e.g., Heggdalsvik et al., 2022; Saini et al., 2019), culminando em expectativas pouco claras e eventual desconforto entre profissionais (e.g., profissionais da área jurídica) (Saini et al., 2019). Considerando a existência de serviços adequados, surge o dilema do usufruto que os pais em elevado conflito farão destes serviços, dada a sua natureza voluntária e dada a reduzida adesão por estes pais a estes serviços (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Heggdalsvik et al., 2022).

Considerando a escassa consistência na definição de elevado conflito por parte da comunidade científica (Anderson et al., 2011), esta acaba refletida como um desafio que os profissionais enfrentam (Heggdalsvik et al., 2022; Noa et al., 2021; Saini et al., 2019). Ressalva-se, então, que podem existir diferenças conceituais ao nível institucional do que é ou não elevado conflito. Neste sentido, propõe-se a adoção da definição apresentada por Anderson et al. (2011), dada a sua abordagem compreensiva e holística dos domínios do elevado-conflito. Apesar da sua definição atual ser pouca clara para os profissionais, o “rótulo” de elevado conflito é utilizado e, por si só, constitui-se como um desafio à sua

atividade profissional (Heggdalsvik et al., 2022), na medida em que este “rótulo” parece afastar os profissionais destes casos, tal levando a relutância em intervir (Saini et al., 2019) e podendo culminar no entorpecimento dos serviços (Heggdalsvik et al., 2022). Este afastamento pode ser explicado com base na estigmatização dos pais e crianças, subjacente ao “rótulo” de elevado conflito e, como tal, levando ao atraso na resposta a estas famílias.

Esta relutância ao abordar casos de elevado conflito pode ser explicada pelos desafios e dilemas técnicos que tanto avaliação como a intervenção nestes casos comportam. Neste sentido, a avaliação das famílias em elevado conflito tem sido dificultada por fatores de risco específicos, quer estes sejam inerentes a comunidades específicas e/ou às particularidades de cada família (e.g., Katz et al., 2021; Stolnicu et al., 2022), pelo que uma maior consciencialização acerca de diferenças culturais deve ser promovida (American Psychological Association, 2011). Esta ponderação é ainda dificultada pela elevada dificuldade em analisar e esclarecer os conflitos entre os pais dada a sua extrema complexidade (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland & Neumann, 2021), bem como pelo desafio em recolher informações junto de outros informantes (Hayes, 2010) devido a questões de confidencialidade inerentes às suas fontes (Hayes, 2010). Consequentemente, debatem-se com a quantidade, nível e tipo da informação que devem recolher (Hayes, 2010), à luz das diretrizes apresentadas pela American Psychological Association (2011). Adicionalmente, questionam se esta informação ajudará na resolução dos conflitos ou se apenas os agravará mais (Hayes, 2010). Contemplando a existência frequente de acusações e contra-acusações entre os pais, a avaliação do impacto nas crianças é dificuldade dado não ser claro se este impacto se deve ao elevado conflito ou a uma situação real de maus-tratos (Katz et al., 2019).

Dada o desafio de avaliar os casos de elevado conflito, verificou-se que os profissionais enfrentam muita incerteza acerca do nível de risco das famílias, bem como acerca de qual será a melhor intervenção para abordar esta circunstância (Heggdalsvik et al., 2022). Perante estas dúvidas, os profissionais ponderam se o melhor caminho será apenas seguir as ordens do tribunal para a intervenção ou tomar algumas decisões ao longo da mesma (Hayes, 2010), sendo que ao tomar estas decisões podem ser acusados pelos pais de tomar partidos (Heggdalsvik et al., 2022). Em ambos os casos, os pais acabam por os pressionar para a tomada de decisão mesmo que tal não seja da sua competência, nomeadamente, em relação às responsabilidades parentais (Godbout et al., 2015; Houston et al., 2017; Saini et al., 2019), sendo que tal só deve ser feito por profissionais com o conhecimento e competências específicas na área (American Psychological Association, 2022). Neste sentido, tal pode culminar em desconforto relativo à tomada de decisão (Hayes, 2010) e dúvidas relativamente aos seus julgamentos (Sudland & Neumann, 2021). Ao tentar intervir com estas famílias, os profissionais são desafiados pelo

impacto que a rede parental alargada (e.g., família alargada, novos companheiros, entre outros) tem sobre o conflito entre os pais (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022). Apesar de tentarem incluir esta rede, o que é uma prática recomendada (American Psychological Association, 2011), a fim de conseguirem gerir os conflitos, esta permanece bastante além do seu alcance e pode ter um papel central no agravamento dos conflitos (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022). Ao longo do processo interventivo, constatou-se que os profissionais não têm a certeza acerca de como podem proteger as crianças nem de quem as devem proteger (Katz et al., 2019; Katz et al., 2021). Dada a deterioração do ajustamento das crianças, ponderam que o tempo utilizado em tentar intervir com os pais foi tempo perdido na vida das crianças (Heggdalsvik et al., 2022). No sentido de tentar resolver os diversos conflitos apresentados pelos pais, acabam por desempenhar funções que podem estar para além do seu cargo e competência profissional (Laletas & Khasin, 2021; Saini et al., 2019). Mesmo assumindo estes papéis, os profissionais temem tornar-se intermediários do conflito e, deste modo, acabarem por serem triangulados no mesmo (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland, 2020). Dadas estas dificuldades e dilemas, debatem-se com a questão de quantos mais recursos devem investir sendo que todas as intervenções projetadas revelaram reduzida eficácia (Sudland, 2020).

Dados os conflitos persistentes entre os pais e perante a ausência de progressos observáveis, os profissionais podem chegar a ameaçar os pais para tentar gerir os conflitos (Sudland, 2020), o que se constitui como uma prática inadequada segundo a American Psychological Association (2011). Neste sentido, ponderam referenciar as famílias a instituições com maior autoridade (Heggdalsvik & Samsonsen, 2022), bem como ponderam a institucionalização das crianças por ineficácia de medidas prévias e/ou alternativas (Heggdalsvik et al., 2022; Sudland & Neumann, 2021), com o objetivo de fazer os pais cooperar no processo interventivo. Mesmo neste limite, implementam a boa prática de assegurar que ambos os pais possuem a mesma informação acerca do processo (American Psychological Association, 2011), contudo tal também se configura como um desafio (Hayes, 2010).

Considerando, estes desafios e dilemas é expectável que os casos de elevado conflito interparental sejam bastante morosos e complexos, requerendo a despesa de uma elevada quantidade de tempo e energia por parte dos profissionais (e.g., Heggdalsvik et al., 2022; Sudland, 2020) e acrescentando a sua carga de trabalho (Saini et al., 2019). Igualmente, dada a convivência prolongada com as famílias é desafiante manter a neutralidade técnica (Saini et al., 2017), conforme estipulado pela American Psychological Association (2011).

Entre as diversas dificuldades, desafios e dilemas conjuntamente com a elevada complexidade inerente aos casos de elevado conflito interparental, verificou-se um impacto emocional bastante negativo

nestes profissionais (e.g., Heggdalsvik & Samsonsen, 2022; Sudland, 2020). Foi possível constatar que os profissionais adotaram estratégias de autocuidado e recurso a supervisão e intervisão para amenizar o impacto (Saini et al., 2019). Estas estratégias visam a manutenção da competência profissional, sendo esta uma prática encorajada pela American Psychological Association (2011). Contudo esta realidade permanece preocupante dado o aparente reduzido investimento da comunidade científica em abordar as estratégias de *coping* adotadas pelos profissionais para colmatar este impacto negativo.

Paralelamente, parece que pouco é conhecido acerca dos desafios específicos enfrentados em contexto pandémico. Apenas foi possível documentar um aumento do número de casos de elevado conflito interparental, a configuração de novas fontes de conflito criadas pelos pais e as dificuldades inerentes a um recurso acrescido às tecnologias. Adicionalmente, houve dificuldades dada a redução de serviços e o acesso limitado a juizes para resolver estes casos (Houston et al., 2022).

A presente *scoping review* também apresenta algumas limitações. Primeiramente, um dos critérios de inclusão foi a publicação dos estudos em português, inglês ou espanhol. Tal pode configurar-se como uma limitação dada a potencial restrição a estudos de outras culturas. Outra limitação a ser considerada é o vasto leque de diferentes profissionais que foram considerados. Isto pode levar a uma inespecificação de desafios, dilemas e impactos concretos a cada um dos tipos de profissionais. Porém, isso acarreta a vantagem de uma visão holística sobre todos os profissionais que atuam neste domínio. Ademais, a avaliação da qualidade metodológica e do risco de viés é um processo que necessariamente envolve alguma subjetividade podendo não cobrir todas as limitações dos estudos incluídos.

Conclusão

As experiências dos profissionais em casos de elevado conflito interparental afiguram-se como um objeto de estudo recente e onde se apurou a necessidade de maior investimento científico. Esta necessidade é evidente ao nível dos seus desafios e dilemas e, sobretudo, em relação ao impacto e respetivas estratégias de *coping*.

A presente *scoping review* apresenta-se como um ponto de partida para a compreensão dessas várias dimensões do trabalho dos profissionais que atuam nesta área, bem como para a sua elucidação e interligação. Salienta-se a necessidade de mais conhecimento acerca do elevado conflito interparental de modo a implementar formação contínua, capacitação e treino especializado aos diversos profissionais, bem como políticas públicas e procedimentos padronizados para abordar e intervir nestes casos. Deve promover-se, também, a criação de mais serviços especializados para apoiar estas famílias e maior articulação entre profissionais. O sucesso dos casos de elevado conflito interparental e a consequente proteção das crianças envolvidas nos mesmos dependerá de uma maior e melhor rede de serviços,

equipados com profissionais competentes e treinados para abordar estes casos.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade Familiar e suas Implicações no Desenvolvimento Individual e Familiar. *Paidéia*, 17(36), 89-102. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100009>
- American Psychological Association (2022). Guidelines for Child Custody Evaluations in Family Law Proceedings. Retrieved from <https://www.apa.org/practice/guidelines/child-custody-evaluations.pdf>
- American Psychological Association (2011). *Guidelines for the practice of parenting coordination*. Retrieved from <https://www.apa.org/practice/guidelines/parenting-coordination>
- Anda, R. F., Brown, D. W., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Dube, S. R., & Giles, W. H. (2007). Adverse childhood experiences and prescribed psychotropic medications in adults. *American journal of preventive medicine*, 32(5), 389-394. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2007.01.005>
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of marriage and family*, 62(4), 1269-1287. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x>
- Amato, P. R. (2012). The consequences of divorce for adults and children: An update. *Društvena istraživanja-Časopis za opća društvena pitanja*, 23(01), 5-24. <https://doi.org/10.5559/di.23.1.01>
- Anderson, S. R., Anderson, S. A., Palmer, K. L., Mutchler, M. S., & Baker, L. K. (2011). Defining high conflict. *The American Journal of Family Therapy*, 39(1), 11-27. <https://doi.org/10.1080/01926187.2010.530194>
- Bierman, A., Fazio, E. M., & Milkie, M. A. (2006). A multifaceted approach to the mental health advantage of the married: Assessing how explanations vary by outcome measure and unmarried group. *Journal of Family Issues*, 27(4), 554-582. <https://doi.org/10.1177/0192513X05284111>
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: an emotional security hypothesis. *Psychological bulletin*, 116(3), 387. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.116.3.38>
- Edwards, A. P., & Graham, E. E. (2009). The relationship between individual's definitions of family and implicit personal theories of communication. *Journal of Family Communication*, 9(4), 191-208. <https://doi.org/10.1080/15267430903070147>

- FFMS. (2023). PORDATA: Base de Dados de Portugal Contemporâneo [Em linha]. Lisboa. Retrieved from <https://www.pordata.pt/europa/numero+de+divorcios+por+100+casamentos-1566>
- Godbout, E., Parent, C., & Saint-Jacques, M. C. (2015). Positions taken by judges and custody experts on issues relating to the best interests of children in custody disputes in Quebec. *International Journal of Law, Policy and the Family*, 29(3), 272-300. <https://doi.org/10.1093/lawfam/ebv007>
- Hayes, S. W. (2010). "More of a street cop than a detective": An analysis of the roles and functions of parenting coordinators in North Carolina. *Family Court Review*, 48(4), 698-709. <https://doi.org/10.1111/j.17441617.2010.01343.x>
- Heggdalsvik, I. K., Lorås, L., & Samsonsen, V. (2022). High Conflicts as Wicked Problems from the Perspective of Family Counsellor and Child Welfare Services in Norway. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 43(2), 275-288. <https://doi.org/10.1002/anzf.1494>
- Heggdalsvik, I. K., & Samsonsen, V. (2022). Family counselors' professional assessments when children are at risk due to enduring parental conflicts. *Journal of Family Trauma, Child Custody & Child Development*, 19(2), 181-200. <https://doi.org/10.1080/26904586.2022.2049464>
- Hemström, Ö. (1996). Is marriage dissolution linked to differences in mortality risks for men and women? *Journal of Marriage and the Family*, 366-378. <https://doi.org/10.2307/353502>
- Houston, C., Bala, N., & Saini, M. (2017). Crossover cases of high-conflict families involving child protection services: Ontario research findings and suggestions for good practices. *Family Court Review*, 55(3), 362-374. <https://doi.org/10.1111/fcre.12289>
- Houston, C., Birnbaum, R., Bala, N., & Deveau, K. (2022). Ontario family justice in "lockdown": Early pandemic cases and professional experience. *Family Court Review*, 60(2), 241-258. <https://doi.org/10.1111/fcre.12640>
- Johnston, J. R. (1994). High-conflict divorce. *The future of children*, 165-182. <https://doi.org/10.2307/1602483>
- Katz, C., Glucklich, T., Piller, S., & Matty, D. E. (2019). Between chaos and danger: Spotlighting social workers' views in cases of child maltreatment accusations in the context of high-intensity parental disputes. *Children and Youth Services Review*, 107, 104497. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104497>

- Katz, C., Nadan, Y., & Zion, T. (2021). "Torn between Two Worlds": Practitioners' Perceptions of Children in Situations of High Intensity Parental Dispute in the Jewish Ultra-Orthodox Community in Israel. *Child Indicators Research*, 14, 1617-1634. <https://doi.org/10.1007/s12187-021-09814-3>
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviours: A meta-analytic review. *Family relations*, 49(1), 25-44. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00025.x>
- Laletas, S., & Khasin, M. (2021). Children of high conflict divorce: Exploring the experiences of primary school teachers. *Children and Youth Services Review*, 127, 106072. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106072>
- Lamela, D. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19, 114-121. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19908>
- Lillard, L. A., & Waite, L. J. (1995). 'Til death do us part: Marital disruption and mortality. *American Journal of Sociology*, 100(5), 1131-1156. <https://doi.org/10.1086/230634>
- Mastekaasa, A. (1994). Psychological well-being and marital dissolution: Selection effects?. *Journal of Family Issues*, 15(2), 208-228. <https://doi.org/10.1177/0192513X94015002004>
- McHugh, M. L. (2012). Interrater reliability: the kappa statistic. *Biochemia Medica*, 22(3), 276-282. <https://doi.org/10.11613/bm.2012.031>
- Monnat, S. M., & Chandler, R. F. (2015). Long-term physical health consequences of adverse childhood experiences. *The Sociological Quarterly*, 56(4), 723-752. <https://doi.org/10.1111/tsq.12107>
- Murphy, M., Glaser, K., & Grundy, E. (1997). Marital status and long-term illness in Great Britain. *Journal of Marriage and the Family*, 156-164. <https://doi.org/10.2307/353669>
- Noa, C., Hanita, K., & Carmit, K. (2021). "It is a matter of life or death": Spotlighting Children in the Context of HIPD as Perceived by Frontline Practitioners. *International journal on child maltreatment: research, policy, and practice*, 4(3), 307-324. <https://doi.org/10.1007/s42448-021-00082-w>
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. *PLoS medicine*, 9(11), e1001349. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001349>

- Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid, A. (2016). Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic reviews*, 5(1). <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>
- Peixoto, J., Gonçalves, M., Gaspar, F., & Matos, M. (2022). Developing a Valid and Reliable Cross-cultural Measure of Coparenting Conflict between Divorced Parents: The Portuguese Version of the Acrimony Scale. *Journal of Child and Family Studies*, 31, 1664-1682. <https://doi.org/10.1007/s10826-022-02233-0>
- Polak, S., & Saini, M. (2015). Children resisting contact with a parent postseparation: Assessing this phenomenon using an ecological systems framework. *Journal of Divorce & Remarriage*, 56(3), 220–247. <https://doi.org/10.1080/10502556.2015.1012698>
- Saini, M., Black, T., Godbout, E., & Deljavan, S. (2019). Feeling the pressure to take sides: A survey of child protection workers' experiences about responding to allegations of child maltreatment within the context of child custody disputes. *Children and youth services review*, 96, 127-133. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.11.044>
- Saini, M., Johnston, J. R., Fidler B. J., & Bala, N. (2016). Empirical studies of alienation. In L. Drozd, M. Saini, & N. Olesen (Eds.), *Parenting plan evaluations: Applied research for the family court* (pp. 374-430). New York, NY: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/med:psych/9780199396580.003.0013>
- Saini, M., Newman, J., & Christensen, M. (2017). When supervision becomes the only plan: An analysis of long-term use of supervised access and exchange services after separation and divorce. *Family Court Review*, 55(4), 604-617. <https://doi.org/10.1111/fcre.12307>
- Shapiro, A. D. (1996). Explaining psychological distress in a sample of remarried and divorced persons: The influence of economic distress. *Journal of Family Issues*, 17(2), 186-203. <https://doi.org/10.1177/019251396017002003>
- Stolnicu, A., De Mol, J., Hendrick, S., & Gaugue, J. (2022). Healing the Separation in High-Conflict Post-divorce Co-parenting. *Frontiers in Psychology*, 13, 913447. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.913447>
- Sudland, C. (2020). Challenges and dilemmas working with high-conflict families in child protection casework. *Child & Family Social Work*, 25(2), 248-255. <https://doi.org/10.1111/cfs.12680>
- Sudland, C., & Neumann, C. B. (2021). Should we take their children? Caseworkers' negotiations of 'good enough' care for children living with high-conflict parents. *European Journal of Social Work*, 24(4), 683-695. <https://doi.org/10.1080/13691457.2020.1805588>

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., ... & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>